

“EM MIM NÃO POÇO EXPLICAR QUE SOU UM COLCHÃO DE PANCADAS...”: ESCRITOS DE MULHERES E ESCRITOS SOBRE MULHERES NA AMÉRICA PORTUGUESA

MARIANA RODRIGUES DE VITA¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a violência histórica pela qual as mulheres sofreram apagamento sendo sistematicamente secundarizadas no discurso histórico hegemônico. O artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica alocada no Projeto Mulheres na América Portuguesa, o qual constrói um catálogo digital de documentação escrita por e de mulheres na América Portuguesa, logo, se utiliza de documentos que possibilitam analisar o cotidiano de grupos subalternizados, como os das mulheres. Entendidas nesse artigo como uma categoria social construída, desse modo, enquanto grupo, são lidas em conjunto devido à histórica opressão que as violenta, ou seja, como uma categoria política, e não de identidade. Sendo assim, a categoria teórica “mulher”, no singular, envolve diferentes classes, raças, orientações sexuais, etc., mas não intenta homogeneizar.

Palavras-chave: História das Mulheres; Brasil Colonial; Documentação.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa de iniciação científica alocado no “Projeto Mulheres na América Portuguesa – M.A.P.”. O título “em mim não poço explicar que sou um colchão de pancadas” é um excerto da carta de Esperança Garcia, em transcrição modernizada (SILVA, 2015, p.6). Esperança é considerada a primeira advogada do Piauí, foi uma mulher negra, escravizada que aos 19 anos buscou na justiça oficial alento e respeito; sua jornada é muito significativa e representa a ânsia em se fazer ouvir.

O projeto M.A.P. é idealizado como uma resposta à necessidade de um grupo de pesquisadoras que se veem diante de uma escassez de documentos escritos sobre e por mulheres no passado colonial. No entanto, é necessário fazer um apêndice sobre a significação do conceito de escasso nesse contexto. A fragmentação e a disposição espaçada revelam que a inexistência ou raridade de documentos escritos por esse grupo subalternizado, é complexa. Segundo Maria Izilda de Matos:

1 Graduanda em História pela Universidade de São Paulo – USP.

Os estudos históricos com a abordagem de gênero trouxeram à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, as dificuldades estão mais na fragmentação do que na ausência da documentação (MATOS, 1998, p. 69).

Quando esses documentos produzidos por mulheres ou sobre elas foram postos em contraste com documentos escritos por homens ou que discorrem sobre os mesmos é discrepante a diferença quantitativa. A escrita foi renegada às mulheres, suas aparições através da documentação se fazem em documentos oficiais do Estado, seja por crimes cometidos contra e por elas, petições ou inquisições.

Sendo assim, o discurso hegemônico não era criado pelas mulheres, mas é diante de processos secos de mãos de escrivães que as encontramos, ou seja, são documentos que detalham pouco sobre a vida cotidiana das mulheres, suas características, diferenças sociais, econômicas e ações políticas que tanto interessa à História Social, estão alheios à condição execrável imposta às mulheres. Nas linhas de seus crimes e de suas heresias (ou não), no entanto, é possível montar a sombra das mulheres do Brasil Colonial.

A partir disso, o catálogo com documentação de e sobre mulheres não intenta construir histórias bibliográficas de cada uma das mulheres, pois a pretensão de 'reconstruir a vida a partir de um resgate' seria problemática pela tentativa de ser totalizante. Também não há perspectiva de produção de uma galeria de celebridades, que hierarquiza ou coleciona histórias e memórias de mulheres extraordinárias que de alguma forma transgrediram as normas socioculturais pelo seu pioneirismo ou singularidade. Essas histórias particulares são valorativas, suas protagonistas tem um importante papel social tanto em seu tempo histórico quanto na contemporaneidade, no entanto, o Projeto M.A.P. alinhado a História Social, com enfoque em História do Cotidiano se interessa essencialmente na reconstrução das histórias das mulheres anônimas. É através delas que é possível remontar à sociedade colonial.

O propósito do Projeto M.A.P., assim como a pesquisa de iniciação científica, é localizar mulheres anônimas. Não é de interesse construir a representação imagética da "mulher brasileira" como o arquétipo da nacionalidade, ou seja, como uma mulher-tipo que representa todas as mulheres. Sendo assim, abomina-se a singularidade que une e esvazia as diferenças; mas se explora as diversidades étnico-sociais, regionais, de sexualidade, entre outros elementos, para complexificar as mulheres em suas heterogeneidades.

É preciso considerar que as pesquisas acadêmicas que centralizaram mulheres em seu papel de agente histórico, até os anos de 1960 e 1970, tiveram pouco espaço e não constituíam um campo de estudo consagrado. Logo, foi como se houvesse um mar de documentação longe

das pesquisadoras e pesquisadores, pois as dificuldades de encontrá-los devido a não catalogação filtrada por gênero gerava a impressão de que esse tipo de documento não existia, ou existia em raros exemplos. E o deslocamento de suas resistências para as margens dos livros de história, ou seja, a secundarização dos seus atos políticos e vida social, interpretados como curiosidades históricas, e não parte integrante da sociedade são duros demais para serem aceitos. Por isso que esse artigo tem como escopo o aprofundamento da análise desse desaparecimento das mulheres que dão corpo aos documentos judiciais e suas figurações.

A metodologia utilizada neste artigo provém da História Social, centralizando o foco de análise nos sujeitos preservados em documentos escritos, que não tiveram aparição histórica robusta. Destacando a particularidade do Projeto M.A.P. que se encontra justamente na percepção de que arquivos brasileiros, não possuem um recurso de busca por gênero, em sua maioria. Faz-se necessário uma catalogação filológica e histórica que priorize as mulheres para que democratize o acesso a documentos que lhes diz respeito, seja por sua participação intelectual direta, ou por se tratar de uma ação movida por ela, através da citação ou petição. As fontes primárias são documentações escritas, o que promove para as pesquisadoras a manual tarefa de procurar mulheres nos obscuros arquivos pelo Brasil como pesquisadoras/caçadoras de documentos.

O presente artigo está segmentado em três tópicos. Em primeiro lugar, metodologia e revisão da bibliografia, que promove uma revisão acerca das pesquisas sobre história das mulheres; em segundo, o tópico “Contextualização do discurso e da resistência” analisa a exploração histórica da opressão contra as mulheres e suas ações combativas contra o discurso dominante. Em terceiro, “A violência histórica de gênero”, que discute as ideias de violência de gênero dentro da História, na qual grande parte da população das mulheres se viu expulsa da história de modo geral, e apenas algumas personalidades distintas foram visualizadas, e mesmo assim a partir do filtro do patriarcado.

2. METODOLOGIA E REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

Tratando-se de pesquisa brasileira é possível dizer que os estudos que hoje são englobados por gênero começaram de modo substancial e amplo nos anos 1970, com enfoque no “trabalho feminino”, em especial o fabril (IZILDA, 1998, p. 67). Ao longo dos anos, principalmente na década de 1980, as temáticas foram se ampliando e muitos dos desafios encontrados por estudiosas da época ainda são devastadores. Houve uma denúncia à opressão histórica, mas que colocou a mulher como signo da subversão, dando-lhe *status* de rebelde (IZILDA, 1998, p. 68).

Focalizou-se a presença das mulheres enquanto atuantes na vida social como sujeitos históricos, assim como houve a reapropriação da diferença social (RAGO, 1995, p. 82). Já nos anos 1990, a violência diante de perspectiva histórica, aliou-se à diversificação de documentos, sendo assim a conclusão de que a pesquisa histórica não tematizou propriamente as mulheres enquanto objeto de estudo levou pesquisadoras e pesquisadores a salientar e desenvolver as relações entre mulheres e História, usando para tal uma gama de documentações que ultrapassava os documentos oficiais estatais.

Nas últimas décadas, pesquisadores e pesquisadoras articularam a temática do gênero com a Nova História, a qual tinha por objetivo maior uma história social [...]. É nesse sentido que, desde os anos 1990, surgiram inúmeros centros de estudo de gênero em reputadas universidades de todo o mundo e se organizaram vários eventos internacionais sobre o tema [...] (MORAIS, 2017, p.85)

Desde então, há um considerável aumento de pesquisas no campo de estudo sobre mulheres, e em se tratando do contexto da América Portuguesa, o mesmo se aplica através de pesquisas temáticas que envolvem sexualidade, escravidão, propriedade de terras, religião, dentre outros temas.

Neste estudo de iniciação científica sobre mulheres, utiliza-se a categoria gênero de forma analítica e não temática, ou seja, emprega-se o termo gênero como uma forma de ver e rever a história, sublinhando o ponto de ação de metade da população mundial, que foi apresentada oficialmente a partir de caricaturas e figurações. Para isso, é necessário que a metodologia seja um instrumento flexível ponto de vista daquele que faz pesquisa para colocar o método a serviço do estudo, levando em consideração diferentes formas de documentação e métodos de avaliação que coloquem em foco vozes nubladas.

Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero, campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos (IZILDA, 1998, p.71).

Acrescentando a esse ponto de amplificação das vozes silenciadas a partir da pesquisa histórica, é válido pontuar a necessidade de escrever sobre mulheres dentro da academia como uma feminista, sendo o próprio feminismo um método que alinha a prática da ciência à política. A neutralidade não é um caminho possível, já que a própria subjetividade das historiadoras e historiadores junto com as demandas sociais antipatriarcais, que visam o combate à dominância masculina e emancipação das mulheres, constroem a historiografia. "(...) a História não narra

o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história.” (RAGO, 1995 p.84).

Mesmo dando enfoque a sujeitos históricos, os sistemas fazem parte de suas relações sociais são importantes. Quando se trata do patriarcado, um sistema no qual a dominância masculina é institucionalizada, o capitalismo que o inseriu em sua nova ordem também demandou a pacificação através do seu paradoxo conceitual de paz, o extermínio. O assassinato em massa de mulheres iniciado no século XVI na Europa, a caça às bruxas, é uma chave de compreensão da misoginia na América Portuguesa (FEDERICI, 2018).

As mulheres foram fundamentais, a partir da reprodução social e do trabalho doméstico não remunerado, para a acumulação primitiva. A transição plástica, e não natural do feudalismo para o capitalismo, foi especialmente cruel em deter resistências construídas em modos de vida comunitários e sublinhar novos comportamentos pudicos de submissão. Sendo assim, um dos métodos de análise constitui no tríplice principal e relacional de classe, raça e gênero a partir de um viés marxista e foucaultiano vinculado às pesquisas de Silvia Federici (2018).

As pesquisas da autora constituem uma das bases teóricas desta pesquisa, somada às da Mary Del Priore (1997), uma historiadora cujo estudo focaliza necessariamente nas mulheres da América Portuguesa a partir da relativização dos sentidos comuns e no aprofundamento de temas como a sexualidade, a maternidade e história cotidiana. Mary Del Priore é acadêmica na área de História Social, e tem relevância na divulgação científica.

Para esta pesquisa individual em questão, por articular história e memória das mulheres, teve forte influência os estudos das obras de Maria Izilda Santos de Matos (1998), historiadora da USP, cujas linhas de pesquisa envolvem gênero, mulheres e memória para o período colonial do Brasil. Além dessa, tem-se como base teórica a obra *Quotidiano e poder: em São Paulo do século XIX* da pesquisadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) da área de História Social, que tem interessantes trabalhos de referência sobre Brasil Império. Assim, embora, com recorte temporal diferente do artigo aqui apresentado, as pesquisas de Dias, por sua perspectiva metodológica, em muito contribuem. Da mesma forma, utiliza-se os escritos de Joan Scott (1995), uma historiadora de gênero francesa que elucida essa temática justamente na área acadêmica da história, principalmente através da História Cultural, assim como a historiadora Margareth Rago (1995).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO E DA RESISTÊNCIA

A autonomia do corpo da mulher lhe era renegada por figuras masculinas próximas ou por instituições, tal qual a Medicina: “entre os séculos XVIII e XIX, as parteiras, que até então

praticavam a medicina, foram perdendo espaço para os homens (...)” (FREITAS, 2008, p. 7) o Judiciário “nas raras ocasiões em que testemunhavam [as mulheres] seu depoimento era contestado, através da insinuação de que os homens as manipulavam.” (BACELLAR, 1990, p.17) assim como o Estado e a Igreja. (PRIORE; SCWARTZ, 1999, p.136). Assim, a vidas mulheres brancas, negras, indígenas, pobres, ricas eram cerceadas em diferentes instâncias e níveis.

Controlar o corpo das mulheres era fundamental para dominar a reprodução social, e em se tratando de uma colônia, cuja população branca era minoria em números, a questão racial também foi gritante na opressão contra as mulheres negras e indígenas. Segundo Sueli Carneiro:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. (CARNEIRO, 2011, p.1)

Não só o corpo, mas comportamentos considerados desviantes eram podados usando todos os meios possíveis. Um caso muito interessante que exemplifica isso é da Brites Manoela, estudado pela Sueli Creusa Cordeiro de Almeida. Manoela foi seduzida e enganada por João do Rego Bastos, um homem da mesma camada social, mas que declinou ao casamento deixando Brites grávida. No entanto, ela utilizou de sua voz para convencer a própria família de João a mover um processo contra ele, o obrigando, obrigado mesmo com rancor e ódio, a se casar com ela.

Após a morte do marido, Brites resolveu mudar o modo como vivia, recebendo em sua casa todo tipo de pessoa, inclusive de condições sociais inferiores. Contrariado com esse comportamento, seu irmão, moveu um processo que pedia o confisco e enclausuramento de Brites Manoela, que foi aceito e aplicado (ALMEIDA, 2003, p.105). Esse caso explicita que a autonomia poderia ser atacada, mesmo se a mulher possuísse bens.

Diante desse regime externo às mulheres que as regia, é muito difícil, baseado nos documentos que temos acesso hoje, determinar o quanto as mulheres eram colaboracionistas ou desviantes, ou seja, o quanto reproduziam ou eram contrárias ao patriarcado. Mas, ainda assim, apontar apenas duas categorias fixas de mulheres, como “submissas” e “insubmissas”, seria simplista. Para entender essa zona cinzenta entre a resistência e a cooperação, as palavras centrais são: negociação e improviso. Sendo assim, no dia a dia, as mulheres movidas pela sobrevivência utilizavam redes comunitárias e instituições até o limite de ajuda que elas poderiam oferecer; criavam e usavam artifícios conforme lhes favorecia.

Principalmente para a camada mais pobre, o cotidiano significava resiliência às autoridades quando interrompiam suas necessidades. Sendo assim, as categorias binômias devem ser

deixadas de lado, pois compreender as diferentes mulheres em seus respectivos grupos sociais denota especificidade.

Ainda em termos de negociação e resistência, é interessante apontar para processos inquisitoriais que aconteceram na América. A inquisição foi uma instituição ligada à Igreja Católica que combatia heresias, bruxaria e comportamentos considerados problemáticos pelo paradigma cristão. O relacionamento entre mulheres, e principalmente o ato sexual entre elas, era um desses pecados a serem combatidos. A documentação deixada pelos processos é uma importante fonte de análise, pois pode ser descritiva em relação à rede social das mulheres em questão, do cotidiano, de suas práticas “desviantes” e subversões à sociedade misoginia. O documento a seguir é referente ao processo inquisitorial de Isabel Antônia, cuja acusação foi o pecado nefando, atentado ao casamento, ao se deitar com outra mulher. Evidencio aqui o trecho:

ella o djttopeccado nefando alguãs / tresuezes, em djfferentesdjas p(o)ndo {.} / se huã em cima da outra e ajuntan / do feus corpos e uafos e isto femauer / mediante outro nenhum Instrumento / exterjor penetrante et ellaReedefsi / (Transcrito por: MAP | MCPS)

Diante de processos inquisitoriais ocorridos no Brasil Colônia, catalogados pelo Projeto M.A.P. e sendo o inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, há um padrão em relação às perguntas. É muito relevante, por exemplo, o ato sexual quando feito por duas mulheres, ser detalhado para aprimoramento da punição. A questão da penetração é agravante, portanto, quando Isabel afirma ter apenas se deitado em cima de outra, é possível se questionar: fora então a realidade explicitamente relatada ou foi um método de escape do interrogatório? Ou seja, há uma possibilidade de que conscientemente Isabel tenha atenuado alguns detalhes específicos do acontecimento que aos olhos dos inquisidores seriam agravantes. Não seria então resistência?

4. CONCLUSÃO

Até o presente momento, os resultados da pesquisa apontam para a seguinte comprovação da hipótese inicial provinda das discussões no grupo de pesquisa Mulheres na América Portuguesa e leitura de bibliografia: como sujeito histórico coletivo e anônimo, as mulheres foram deslocadas de seus papéis como agentes para representações figurantes. O sujeito universal era o homem, tendo isso por consequência implicado na narrativa e metodologias históricas unívocas e excludentes.

Ao se estudar a história das mulheres como um campo de pesquisa, e não temáticas que pejorativamente se configurariam como apêndices da ciência, é necessário fazer, antes de tudo, uma reflexão sobre os próprios métodos a serem utilizados na pesquisa. Atualmente, o termo

gênero é utilizado para tratar temáticas como essa que discorro nesse artigo, no entanto, ele não é um sinônimo de mulher, e sua abrangência pode ser muito útil para constituir uma área dentro das pesquisas de diversos cursos (inclusive, a própria natureza ampla da pesquisa demanda interdisciplinaridade), como também pode ser delicada sem a especificação, ou seja, história das mulheres.

Esse primeiro grande desafio implica em uma pergunta: “o quanto podemos classificar as ações e pensamentos de um sujeito histórico como sendo combativo, em múltiplos conceitos de resistência, ou apenas ‘fruto de sua época’, ou seja, harmônicos com o discurso hegemônico?”. Para possíveis soluções quanto a isso, é necessário fazer um estudo profundo da documentação que vise buscar respostas para perguntas que os gêneros textuais que temos acesso hoje podem discorrer justamente nos vazios da documentação. Os documentos, portanto, são fontes valiosas tanto para o Projeto M.A.P. quanto para essa pesquisa, não como um inventário descritivo, mas uma sistematização valorativa, que tem como objetivo entender as zonas cinzentas de suas relações sociais, e acima de tudo exercer justiça histórica, transformando documentação em prova da opressão.

A memória é, portanto, um organismo vivo, não uma coletânea de fatos. Os seus curadores não são neutros, assim como também não se restringem a “profissionais da memória”. Seu domínio é de todos, mas não se exclui o conflito e poder emergentes de sua disputa. O estudo da história de mulheres tanto no período colonial, como em outros na história, passa necessariamente por reflexões de ordem metodológica, pois é necessário considerar o contexto socio-cultural da opressão que lhes é externa também se interioriza em suas mentalidades, assim como é preciso compreendê-las não com conotações heroicas anacrônicas, mas como agentes históricas de seus respectivos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVII*. Tese (Doutoramento em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ARAÚJO, M.; SANTOS, M. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79. 2007, p. 95-111.

BACELLAR, C. A mulher em São Paulo colonial. *Espado, Tiempo y Forma*. Serie IV, Hf Moderna, t. 3, 1990, pp. 367-386

DIAS, Maria Odila da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*, 1983. P.33

_____. *Quotidiano e Poder Em São Paulo no Século XIX*. Brasiliense, 1995.

DURAN, M.; BENTIVOGLIO, J. Paul Ricoeur e o lugar da memória na historiografia contemporânea. *Dimensões*. Vol. 30, 2013, p. 213-244.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017. FERREIRA, M. *Dicionário de ensino de História*. São Paulo: FGV Editora, 2019. p.155-161.

FREITAS, P. A mulher é o seu útero. A criação da moderna medicina feminina no Brasil. *Antíteses*. Vol.1, n 1, jan-jun de 2008. pp.174-187

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje-Anpocs*, 1984, p. 223-244.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LACERDA, M. *Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MACHADO, M. *Mulher, Corpo e Maternidade*. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. *Dicionário da Escravidão e da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. pp. 334-342.

MATOS, M. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. (11), jan de 2013. pp.67-75.

MELO, E. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. *Cadernos Pagu*. (31), julho-dezembro, 2008. pp.553-564

MENDONÇA, J.; RIBEIRO, P. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara. v. 5, n.1, 2010.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Mulheres proprietárias nas capitâneas do Norte, séculos XVII-XVIII: balanço historiográfico e apontamentos. *Revista de História Seculum*. João Pessoa, nº 36, 2017. p. 85-100.

OLIVEIRA, L.; JACÓ-VILELA, A. A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX. *Quadernos de Psicologia*. Vol. 19, n.3, 2017. p. 241-251.

OLIVEIRA, E. Resenha A mulher na História do Brasil de Mary del Priore. *Cad. Pesq.* (70) agosto de 1989.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Z. (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SILVA, Leandro Alves da. *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia*. Ministério da Cultura, Porto Alegre. 2015. p.6

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. *Educação & Realidade*. Vol.20, n.2, 1995.

SCHWARTZ, S. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. *Economia e Sociedade*. Campinas, 1999.

TILLY, L. Gênero, História das mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*. (3), 1994. pp. 29-62.

FONTES

SILVA, Leandro Alves da (Coord.). *A carta de Esperança Garcia: uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia*. Porto Alegre: Ministério da Cultura, 2015.

Processo inquisitorial de Isabel Antônia, Salvador, 1592. In: *M.A.P. Mulheres na América Portuguesa: Grupos de Pesquisas Humanidades Digitais*. Catálogo. Disponível em: <http://map.prp.usp.br/MAP=Fichas.html>. Acessado em 21/06/2021.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*. 06/03/2011. Disponível em: <https://www.geledés.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em 21/06/2021.